

EDITORIAL

20 ANOS DA LEI 10.639/03: avanços, desafios e perspectivas na promoção da educação antirracista e cultura afro-brasileira

Em 2003, presenciamos a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica. Para além de uma decisão política, essa legislação modificou o arcabouço normativo da educação nacional, fruto de lutas históricas da ação-interação dos movimentos negros organizados que se fizeram presentes em momentos decisivos da história do país, reivindicando, protestando, apresentando propostas, avançando e recuando para continuar presente.

Grandes foram as repercussões em torno da efetivação da Lei 10.639/03. Alguns se preocupavam com a falta de recursos pedagógicos para a implementação das temáticas étnico-raciais; outros com a formação de professores; outros com a articulação da temática entre as disciplinas e o currículo. Muitos tentaram se esquivar de seu cumprimento alegando que apenas algumas disciplinas eram responsáveis pela inclusão da temática no processo de ensinar-aprender daquele momento. Tais alegações ainda persistem mesmo diante dos ajustes e complementos legais realizados como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com a homologação, em 18 de maio de 2004, do Parecer 03/2204, de 10 de março e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana(2013), para fazer valer a inclusão da temática nos currículos escolares da educação básica e Superior.

Desdobramentos significativos com a promulgação da Lei 10.639/03 promoveram mudanças políticas no país como a das cotas raciais, garantindo vagas para negros (pretos e pardos) nas universidades brasileiras, no mercado de trabalho, como também proporcionou discutir e combater o racismo e a discriminação racial na sociedade, nos seus variados espaços.

Entendemos que esses processos contribuem para a reparação histórica do silenciamento do protagonismo negro na história do Brasil e tem sua relevância na continuidade da visibilidade positiva desses sujeitos e de suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, este dossiê temático visa contribuir com a discussão e entendimento plural da temática étnico-racial no entendimento do seu arcabouço jurídico normativo, propiciando o encontro com temas e reflexões atuais desse momento histórico por meio de análises teóricas, metodológicas, promotoras de uma educação antirracista e inclusiva.

O dossiê que apresentamos está constituído da seguinte forma:

No artigo "**A Lei nº 10.639/2003 e a Formação de Professores no Curso de Licenciatura de Pedagogia,**" as autoras convidadas **Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Brenda Maria Dias Araújo, Luci Aparecida Souza Borges de Faria, Maria Célia Borges e Maria de Fátima Dias Araújo** abordam os 20 anos da lei, discutindo o histórico da luta antirracista e da cultura afro-brasileira no Curso de Pedagogia pós-2012. A metodologia qualitativa e bibliográfica revela avanços na inclusão da história e cultura afro-brasileira, mas destaca a necessidade de reflexão prática. O artigo salienta ainda as ações afirmativas nas universidades públicas, promovendo o acesso da população negra a esses espaços.

Os autores **Regina Carla de J. Barbosa e Gilvan C. C. de Araújo** apresentam o artigo "**A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira como resistência às forças da colonialidade.**" O trabalho reflete sobre a interação entre as forças da colonialidade e os esforços para combatê-las, destacando a Lei nº 10.639/2003 no Brasil, que aborda o estudo da cultura afro-brasileira nas escolas. O artigo contextualiza o cenário atual do racismo no Brasil, a resistência do povo negro e a decolonialidade como um processo de desconstrução do pensamento colonial, qualificando-a como um aspecto essencial na reflexão das forças que persistem na sociedade brasileira.

Os pesquisadores **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib e Eliane Moreira de Souza** escreveram o artigo "**Cultura afro-brasileira e educação antirracista e equipamentos culturais**". O texto questiona a concepção tradicional de educação, destacando a presença educativa em diversos contextos sociais. Utilizando como referência um equipamento cultural da Universidade Federal de Uberlândia, o artigo busca contribuir para a discussão conceitual sobre educação, enfatizando a importância de práticas sociais emancipatórias na preservação de valores, tradições e na redução de desigualdades. A pesquisa, baseada em métodos como revisão de literatura e pesquisa documental, destaca o papel significativo das ações desse equipamento na difusão de valores e tradições da cultura africana e afro-brasileira na região de Uberlândia.

Verônica Rodrigues Tomaz e Tadeu Pereira dos Santos exploram o tema "**Narrativas de mulheres negras à luz de suas vivências em instituições religiosas na cidade de Rolim de Moura-RO**". O estudo adota uma perspectiva histórica, cultural, social e política para analisar como as mulheres negras lidam com o racismo, discriminações e machismo em contextos religiosos. O objetivo principal é identificar a percepção dessas mulheres sobre suas experiências nos grupos religiosos. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, envolveu a aplicação de questionários a um grupo selecionado de mulheres negras, tanto evangélicas quanto católicas, em Rolim de Moura, Rondônia.

Antonia Elenizia da Silva e Ivan Jeferson Sampaio Diogo abordam o tema "**Jovens negros em conflitos com a lei: uma revisão bibliográfica sob o olhar da assistência social.**"

O estudo destaca a ausência de políticas públicas e os problemas sociais como fatores que levam a juventude negra e periférica a envolver-se em atos infracionais em busca de compensação financeira. A pesquisa, uma revisão bibliográfica, utilizou fontes como livros, artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, e documentos de órgãos de assistência social. Conclui-se que no Brasil há uma carência de políticas públicas eficazes para combater a entrada de jovens em atividades infracionais.

Ana Danielly Fernandes da Silva e Moisés Fernandes Lemos apresentam a temática "**Gestão da diversidade racial, ações afirmativas e a Lei 12.990/14: uma revisão integrativa.**" O estudo objetiva analisar a implementação da Lei 12.990/14, que reserva 20% das vagas para pessoas negras em concursos públicos federais, relacionando-a com as práticas de gestão da diversidade racial. A pesquisa, metodologicamente, realizou uma revisão bibliográfica integrativa com base em 14 artigos científicos selecionados. A literatura revisada indica que a Lei 12.990/14 enfrenta desafios na efetiva implementação nos serviços públicos federais, evidenciando a persistência do racismo institucional nesses ambientes de trabalho.

Andréa Lopes Barbosa, Gláucio Martins da Silva Bandeira, e Jamilly Moraes Silva elaboraram o artigo intitulado "**A construção de uma identidade racial na infância.**" O trabalho, embasado em levantamento bibliográfico e empírico, busca refletir sobre a promoção da construção da identidade racial em crianças de 6 a 10 anos. Destaca-se o interesse crescente no tema racial e na equidade em ambientes escolares e no cotidiano das crianças, impulsionando ações educacionais e políticas inclusivas. A perspectiva de inclusão e diversidade visa proporcionar oportunidades para que as crianças se sintam representadas por meio de narrativas históricas e contação de histórias, permitindo a construção de uma identidade histórica que contribua para suas vivências socioculturais.

Viviane Fonseca Rodrigues e Cairo Mohamad Ibrahim Katrib debatem a temática "**A Lei 10.639/03 no âmbito das instituições de ensino superior: fios e tramas de múltiplos desafios.**" O estudo explora a questão racial na Educação Superior, com foco nas ações afirmativas, analisando o histórico de implementação dessas ações na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O trabalho baseia-se no arcabouço jurídico das ações afirmativas, destacando a Lei n. 10.639/03, e em referenciais conceituais relevantes. O estudo também reflete sobre a implementação da lei na UFU, evidenciando as ações afirmativas da instituição. Conclui-se que a UFU adotou políticas institucionais de ingresso, mas a implementação efetiva

das cotas raciais se consolidou a partir de 2012, e destaca a necessidade de políticas que promovam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas.

No artigo "**O papel dos professores no combate ao racismo no sistema prisional: uma breve revisão de literatura,**" de **Antônia Maria Paulina Barbosa**, destaca-se a complexidade e disparidades raciais no sistema prisional, evidenciando a representação desproporcional de afrodescendentes. O texto ressalta o papel das prisões como dispositivos de poder, criticando o modelo prisional por perpetuar desigualdades e falhar na reinserção social. A revisão de literatura enfoca o papel dos professores na luta contra o racismo, destacando a educação como ferramenta para desafiar estruturas opressivas e promover transformações pessoais e sociais.

O conjunto dos trabalhos apresentados constitui contribuições notáveis para a reflexão sobre os avanços na Educação das Relações Étnico-Raciais, especialmente considerando os 20 anos decorridos desde a promulgação da Lei 10.639/03. As diversas pesquisas abordam temas relevantes, como a formação de professores, a implementação de políticas afirmativas, a construção de identidade racial na infância, e a atuação no sistema prisional. Esses estudos enriquecem o entendimento das complexidades envolvidas na promoção da diversidade étnica e racial no contexto educacional, oferecendo insights valiosos para a efetivação dos princípios propostos pela legislação. Ao abordar questões cruciais como desigualdades, representatividade e combate ao racismo, os trabalhos apresentados contribuem para a construção de uma Educação das Relações Étnico-Raciais mais inclusiva e impactante.

Agradecemos sinceramente aos autores por suas valiosas contribuições e pela dedicação em abordar temas tão relevantes na promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais. Cada trabalho apresentado enriquece o entendimento sobre os desafios e avanços decorrentes dos 20 anos da Lei 10.639/03. Desejo a todos os leitores uma experiência enriquecedora e inspiradora ao explorar essas reflexões, confiante de que as análises aqui apresentadas contribuirão significativamente para o aprimoramento contínuo de nossas práticas educacionais e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Boa leitura!

Organizadores:

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU)
Giselda Shirley da Silva (UÉVORA)
Maria Célia da Silva Gonçalves (FINOM)
Vandeir José da Silva (UÉVORA)